

magistério e a revisão das práticas governamentais que subsumem o serviço público aos interesses particulares.

RAMOS NETO, Kátia Maria. A pré-escola compensatória em Pernambuco. Recife, 1991, 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Educação, UFPE, 1991.

Neste estudo procedeu-se à análise das orientações imprimidas ao atendimento pré-escolar compensatório, dentro e como parte do contexto mais amplo do caráter do Estado brasileiro em seu papel de provedor de políticas sociais, buscando apreender a dimensão contraditória da assistência.

O estudo enfocou, particularmente, o atendimento pré-escolar compensatório, desenvolvido em Pernambuco, no período de 1977 a 1987, tendo sido examinados documentos oficiais, bem como foram analisados depoimentos de mães e professoras envolvidas nos projetos de atendimento pré-escolar compensatório.

Observou-se, ao final deste estudo, que não houve incoerência ou desarticulação entre a prática efetiva dos projetos e as orientações imprimidas ao atendimento pré-escolar compensatório. Observou-se, também, que mães e professoras, mesmo tendo incorporado o atendimento pré-escolar como bem-estar e possibilidade de superação das desigualdades sociais, aspiravam por uma pré-escola onde predominassem os aspectos pedagógicos, ao mesmo tempo em que fossem mantidas as ações assistenciais.

DANTAS, Lêda Alves. Capacitação de educadores numa proposta de Governo popular. Recife, 1991, 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Educação, UFPE, 1991.

Este trabalho teve como principal objetivo investigar as relações entre a política educacional de qualificação de educadores e sua implementação na escola pública de Pernambuco, no contexto de um governo que se pretendia popular. Elegeu-se como objeto de estudo o programa de qualificação das educadoras do ensino fundamental, durante a gestão de Miguel Arraes (1987-1990). Foram analisadas as entrevistas de vinte educadoras, documentos produzidos pela sua Associação e pela Secretaria de Educação.

Procurou-se mostrar que tanto a forma como se dá o processo de implantação como as condições de trabalho, são fatores determinantes na motivação da maioria das educadoras para assimilarem qualquer nova proposta de mudança na sua prática cotidiana. O estudo conclui, ao final, que as mudanças para se concretizarem na escola pública, dependem não apenas de boas condições de trabalho, mas precisam partir de um convencimento dos educadores, o que ocorre num processo lento e gradual, não podendo estar à mercê das alterações periódicas das diversas políticas educacionais.